ENTREVISTA

Stefan Ouma



Entrevistado em julho de 2017, no Bethmannpark (Frankfurt, Alemanha), por Rodrigo Cavalcanti do Nascimento[1].

Durante o estágio de pesquisa no ano de 2016/2017, pela BEPE/FAPESP, realizado no Instituto de Geografia Humana da Universidade de Goethe (Frankfurt am Main, Alemanha), o geógrafo Stefan Ouma nos concedeu uma entrevista sobre a atual fase financeira e o recente processo de "corrida" por terras em escala global denominado *land grabbing* ou *land rush*. Dentro de uma perspectiva dos territórios africanos, especialmente na Tanzânia, no Quênia, no Sudão, na Etiópia e na África do Sul, nesta entrevista o geógrafo expõe as diferentes formas com que os representantes do capital financeiro buscam oportunidades mais

[1] Doutorando em Geografia (UNESP/Rio Claro) e bolsista FAPESP.

lucrativas ao longo de toda a cadeia produtiva das commodities agrícolas e não exclusivamente através da aquisição de terras, como vem sendo amplamente divulgado pelos relatórios internacionais e artigos acadêmicos. A seguir, apresentamos nossa conversa com o professor sobre o tema em questão.

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento: Recentemente, no ano de 2016, o professor escreveu um artigo intitulado: "From financialization to operations of capital: Historicizing and disentangling the finance–farmland-nexus". Nesse artigo, o professor usou o conceito de "operações de capital" como uma "nova maneira de pensar a incorporação de terras agrícolas no mercado financeiro". Contudo, um pouco antes dessa publicação, em 2014, o professor escreveu outro artigo, intitulado "Situating global finance in the Land Rush Debate: A critical review". No caso deste último, o professor critica os artigos acadêmicos de terem uma visão muito "macro" da real situação a respeito do crescente interesse das finanças globais em terras agrícolas e agricultura, e propõe uma agenda alternativa que pudesse ter um olhar mais voltado "de baixo para cima". Diante disso, eu lhe pergunto: o professor acha que esse conceito, "operações de capital", poderia ser essa agenda alternativa com um olhar mais voltado "de baixo para cima"? De que maneira esse conceito pode auxiliar nas investigações empíricas? O professor poderia descrever um pouco mais como as quatro categorias (capital, recursos, propriedade e valor) abordadas pelo conceito de "operações de capital" poderiam ser trabalhadas?

Stefan Ouma: Obrigado por essas perguntas bastante interessantes. Eu acho que o conceito de operações de capital, que eu peguei emprestado de dois sociólogos, chamados Sandro Mezzadra e Brett Neilson, é uma extensão da agenda que eu mencionei no artigo de 2014. Na verdade, o artigo de 2014 – após eu revisar toda a literatura que tem sido produzida sobre o *land grabbing*, ou *land rush*, como queiram chamar –, descobri que a maior parte dessa literatura tem analisado esse fenômeno de uma perspectiva muito macro, tanto teórica como sociologicamente. Havia poucas percepções a respeito dos mecanismos concretos de como as finanças estão operando no "chão", como elas estão operando nas terras rurais ou em outras partes da agricultura. Quando eu finalizei o artigo, em 2014, eu ainda não sabia exatamente como capturar aquela dimensão prática, porque o meu trabalho anterior era muito orientado à prática. Eu peguei muitas coisas emprestadas da antropologia, da sociologia do mercado e de estudos de ciência e tecnologia para analisar a formação das cadeias de commodities globais no Oeste da África. Mas o que eu sinto que faltou no meu trabalho anterior, mas também o que tem faltado em outros trabalhos que têm empregado abordagens mais

orientadas à prática dos fenômenos econômicos, foram as grandes questões históricas do capitalismo. O conceito de operações de capital desenvolvido por esses dois sociólogos era interessante, pois ele me permitiu criar uma ponte entre o concreto e o abstrato de maneira que eu achei muito proveitosa, tanto analiticamente, como politicamente e empiricamente. Eu acho que o conceito te faz lembrar, não somente para as finanças, que você pode analisar as operações de capital por toda a economia, seja na logística, na mineração, nas empresas farmacêuticas, entre outros. E no centro disso tudo sempre estará a pergunta chave: como o dinheiro que está sendo investido em algum lugar se torna mais dinheiro (D-D') para certas entidades sociais locais, mas também materiais (trabalho, maquinário, natureza) e todas essas coisas que estão no meio? E essa é uma preocupação muito marxista. Pois, de certa forma, Marx tentou fugir da concepção idealista das coisas ou do mundo, em que tudo está no nível das ideias, para analisar o concreto – para o que está acontecendo no "chão". Muitos trabalhos que tenho analisado sobre o *land grabbing* têm raízes na tradição marxista. Mas eles, frequentemente, vêm esquecendo essa ambição muito prática das análises de Marx que é firmada no "chão". O trabalho desenvolvido por Marx não era flutuante, ele era um filósofo que estava interessado no concreto. Então eu dizia, no final desse artigo de 2014, para voltarmos ao campo e ver o que as finanças estão fazendo no "chão" e, assim, possibilitar um melhor entendimento sobre o processo de financeirização. Em segundo lugar, temos que tirar o fetiche do domínio das finanças. Porque a finança é frequentemente imaginada como estando em algum lugar lá fora e que somente os especialistas financeiros têm a autoridade de dizer algo sobre os mercados financeiros e, por razões políticas e democráticas, alguns chamam isso de democracia técnica. Por isso é muito importante entender como esses agentes do mercado financeiro estão operando. Se você quer mudar alguma coisa, você primeiro precisa entender como esses mecanismos funcionam. Em terceiro lugar, o trabalho de campo também nos ajuda a escolher o conceito a ser adotado. Às vezes, o campo pode nos mostrar algo bem diferente daquilo que você assumiu no conceito escolhido, especialmente nesta literatura de *land grabbing* ou *land rush*, em que [teorias] são replicadas a todo o momento, mas não são provadas no campo de forma apropriada. Por exemplo, se você pegar relatórios anteriores sobre o *land grabbing*, parecia que Wall Street – uma metáfora para as finanças – estava comprando terras rurais em toda a África.

É muito importante entender como esses agentes do mercado financeiro estão operando. Se você quer mudar alguma coisa, você primeiro precisa entender como esses mecanismos funcionam

O que não é verdade! A África não foi o "ponto quente" (*hotspot*) da corrida por terras motivada pelas finanças em escala global. Os "pontos quentes" foram a América do Norte, a Austrália, a Nova Zelândia, o Brasil, o Canadá, a Ucrânia – mesmo não sendo mais –, e até mesmo a Rússia. As dinâmicas mais importantes relacionadas entre as finanças e as terras agrícolas vêm acontecendo nas regiões em que o capital institucional – os fundos de pensão e as seguradoras – possuem o fácil acesso. Porque são eles que detêm maior poderio financeiro para mudar o mercado. Eles administram tanto dinheiro (capital) que podem escolher onde (lugar), como (forma de investir) e quem pode participar (parceiros nacionais ou internacionais). Na África, majoritariamente, são as entidades financeiras que estão investindo e assumindo os maiores riscos. Usualmente, não são os grandes fundos de pensão da Europa ou da América que investem na África. Mas para descobrir isso, você precisa fazer algum trabalho de campo. Você precisa se situar na lógica do mercado financeiro cultural. Do mesmo modo, se você realmente deseja descobrir como a financeirização ou as terras agrícolas ou a agricultura estão funcionando, você precisa estudar o que vem acontecendo nas fazendas, como gestão do trabalho, da produção das commodities. Como é que esses agentes criam valor? Além disso, esse processo de financeirização não é somente sobre a aquisição de terras ou entidades agrícolas, mas também sobre a saída do negócio. Afinal, em um dado momento os investidores terão de sair desses investimentos. E isso é muito interessante de ser analisado. Exemplo, o que acontece durante a saída de um agente que investiu em terras? Como que essa saída foi planejada? Como foi executada? E como o valor excedente foi criado? Então, voltando ao artigo de 2016, essa foi uma resposta muito longa, mas essas foram as ideias que eu tentei desenvolver através da noção de "operações de capital", que é um conceito abstrato e concreto ao mesmo tempo. E quando se estuda o conceito em detalhes, você não perde a conexão com as grandes perguntas históricas que circundam os investimentos em terras agrícolas. Ao mesmo tempo, você evita o termo financeirização, porque simplesmente parece que, em muitos artigos, a financeirização foi algo que começou nos anos 1970, com o surgimento do neoliberalismo. Mas se você pegar um ponto de vista mais longo, histórico, você perceberá que as finanças têm uma longa história de estarem entrelaçadas com a agricultura globalmente. Mas o nexo, o modo de entrelaçamento, mudou ao longo do tempo. De certo modo, mesmo no século XIX, você poderia dizer que havia uma financeirização da agricultura através de mecanismos muito diferentes, como os créditos para a agricultura nos Estados Unidos (EUA), da especulação das commodities. Na verdade, nós precisamos focar mais em antigos trabalhos para, assim, podermos entender se o hoje é realmente diferente do passado, ou reconhecer se há algumas similaridades entre o hoje e os processos pretéritos de expansão financeira. Então é por isso que eu prefiro

"operações de capital" em relação à noção de financeirização. Porque a financeirização é um termo que "engloba tudo" e, frequentemente, limita à era mais recente de estruturação neoliberal.

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento: Dr. Ouma, eu sei que o professor é um leitor assíduo de artigos que tratam sobre a ocorrência do *land grabbing* no mundo. Mas, afinal, o que é o *land grabbing*? Como que o professor descreve esse fenômeno global?

Stefan Ouma: O *land grabbing* significa muitas coisas, coisas diferentes, para pessoas diferentes. Eu penso que o termo em si não é analítico, ele é meio limitado para isso. Para mim, ele é um termo político. Um termo ativista que é útil para propósitos político-ativistas. Eu acho que deveríamos chamar de "*global land rush*" [corrida de terra global], e essa não seria a primeira [corrida]. Pois não devemos esquecer que houve outras corridas de terra globais na era colonial, por exemplo, no começo da era pós-colonial em partes da África e da América Latina. Ou seja, é uma longa história de *land grabbing* por empresas americanas, [como a] Chiquita, e todas essas grandes empresas do agronegócio. O *land grabbing* é um termo político que há muito tempo esteve presente. Marx, em "O Capital", já usava a noção de *land grabbing*. Mas, como uma ONG espanhola publicou o primeiro grande relatório e usou o termo, então o *land grabbing* traz consigo um histórico ativista. Na verdade, eu não gosto de usá-lo para propósitos analíticos, pois é uma frase tão ampla por "englobar tudo". E agora nós temos as definições oficiais, como a declaração de Tirana, a qual constitui o significado de *land grabbing*. Ou seja, você pode aplicar essa definição e acabar numa situação em que você tem um grande investidor e ele fez tudo corretamente, dentro da lei, compensou comunidades, tudo certo. E então você não pode chamar isso de *land grabbing*, de acordo com a declaração de Tirana. Mas pode haver algo ainda mais problemático acerca desse tipo de investimento em um nível mais abstrato, por exemplo. Eu penso que nós devemos chamar de "*land rush*", que tem uma origem específica. Ela está relacionada a uma crise financeira, a uma crise nos preços dos alimentos, à crise da energia e do clima – em que os agentes já estão antecipando seus investimentos em biocombustíveis, no mercado de carbono, Red Plus, e é por isso que compram cada vez mais florestas. Portanto, esse é um contexto muito específico que se diferencia do passado. Nós devemos pegar casos

O land grabbing significa muitas coisas, coisas diferentes, para pessoas diferentes. Eu penso que o termo em si não é analítico, ele é meio limitado para isso. Para mim, ele é um termo político.

diferentes e retirar as qualidades específicas desses tipos de investimentos, como as novas relações de dependência, de propriedade, de capital, de redistribuição de valor e aluguel que estão sendo estabelecidas, para em seguida avaliar essas qualidades específicas. Do contrário, você pode acabar em uma situação em que um investimento que é perfeitamente legal na Nova Zelândia, por exemplo, que vem ao encontro com a declaração de Tirana, mas em um nível mais abstrato, você ainda acharia um aspecto muito problemático sobre algo. Outro exemplo: se um fundo de pensão da Alemanha estiver investindo em terras rurais na Nova Zelândia para obter lucro e atender às necessidades futuras dos pensionistas, isso é problemático em um nível mais abstrato, pois, de certa forma, trata-se de uma externalização da reprodução social. Então, para que o atual sistema sobreviva, ele precisa expandir e incorporar novas fronteiras no processo de acumulação, e isso já foi feito antes, mas agora é feito com comida e terra. E isso acabou criando novas estruturas de propriedade, alta nos preços da terra na região, expropriação e continuação de um tipo de estilo de vida muito imperialista das pessoas, que agora usam a terra em outros lugares para atender ao seu próprio futuro. Então, o que eu acabei de fazer? Eu apenas nomeei especificamente certa dimensão, sem usar o termo *land grabbing*. Porque mesmo que você use a definição oficial do *land grabbing* para vários investimentos na Nova Zelândia, você não pode chamá-los de *land grabbing*. Ou seja, essa é mais uma maneira de nomear os processos específicos que às vezes se escondem sob esse termo. Como fenômeno, o *land grabbing* se manifesta de forma muito heterogênea, pois depende do tipo de investidor, de suas estratégias de investimento, da sua origem, dos países-alvo, das estruturas agrárias, das estruturas político-econômicas, e isso torna muito difícil engajá-lo como um fenômeno. Porque, certamente, o que vemos aqui é muito maior que somente terra, mas também é sobre investir na produção de grãos e em empresas de tecnologia agrícola. De certa forma, é uma especulação no futuro. Já que muitos desses investidores assumem que no futuro a comida será um problema, porque a população mundial está aumentando, então eles investem em produção de comida. Mas se a comida será a novidade, então todos os passos antes e depois da produção de comida também serão muito importantes. E eles são menos políticos. Você pode entrar muito mais facilmente nos segmentos da cadeia de valor nos períodos pré e pós-produção porque eles geralmente não envolvem o mesmo tipo de aquisição de terra que a produção, e muitas pessoas não entendem isso. Mas muitas pessoas da área de finanças entendem perfeitamente isso – que o dinheiro real não será gerado com produção, o dinheiro real será gerado antes e depois da produção! Então, esse é um exemplo para lhe mostrar que não é somente sobre a terra, é amplo e, portanto, se torna ainda mais difícil analisá-lo como fenômeno. O *land grabbing* se manifesta regionalmente de diferentes maneiras, nas quais os agentes genuínos do

mercado financeiro procuram alocar seus recursos em investimentos voltados à agricultura, e seus *hotspots* são, geralmente, a América do Norte, o Brasil, a Argentina, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá e os EUA. Esses agentes investem nesses lugares porque, geralmente, eles servem para atender aos interesses dos investidores institucionais que, por sua vez, possuem critérios muito rígidos de investimentos. Por isso é que a África, e agora a Rússia e a Ucrânia, são lugares muito arriscados para eles. Mas aí você tem outros tipos de investidores, como os fundos soberanos, que são atrelados aos Estados e às empresas estatais que estão investindo para assegurar o fornecimento de comida para seus próprios países. É o caso do fundo do Catar, que está investindo no Sudão; da Daewoo, que está tentando comprar metade da terra agrícola de Madagascar; ou das empresas paraestatais ou estatais chinesas, que estão investindo na agricultura australiana. Esses fundos fazem isso por razões estratégicas geoeconômicas e geopolíticas. Mas aí você tem também uma tendência encontrada em certas partes do mundo em que pessoas querem ter uma fazenda, como é o caso dos chamados *high-net-worth individuals*, que compram essas terras somente por razões nostálgicas. Você tem investidores domésticos que também estão envolvidos na *global land rush*, e nós frequentemente nos esquecemos deles, especialmente no Sul global, em que grande parte das terras tem sido adquirida por agentes domésticos nos últimos 30 anos e não por investidores estrangeiros. Esses investidores são ligados às elites e às pessoas da classe média doméstica, podendo ser até mesmo professores que recebem bons salários dos governos locais, e eles decidem se compram terra na área periurbana de Nairóbi ou de São Paulo. Temos também os investidores que compram terras por razões de mudança climática e energia. Esses são, de novo, agentes diferentes das práticas pretéritas. Temos as grandes *tradings* (Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), que continuam as suas estratégias de investimentos no agronegócio, mas especialmente na América Latina, e que agora descobriram: "oh, já que possuímos tanta terra, então também podemos nos tornar agentes financeiros". Eu acho que a Argentina é um bom exemplo de investimento doméstico em terras agrícolas, em que os fazendeiros argentinos se juntam para formar um grupo de investidores e adquirir terras. Portanto, eu vejo esse processo de aquisição de terra tão diverso que torna tão difícil juntar tudo isso e dizer: "ah, isso é *land grabbing* e aquilo é *global land rush*". Eu fico sempre nervoso quando um termo se torna autoexplicativo ou muito forte, quero dizer, você pode simplesmente usá-lo e você não pensa mais sobre a sua complexidade.

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento: Você poderia descrever como vem ocorrendo o processo de investimentos financeiros nos países da África, como na Tanzânia? Que tipos de investidores possuem o maior interesse pelas terras africanas? O *land grabbing* na África é muito diferente do de outras partes do mundo, como na Nova Zelândia e na Austrália, locais onde o professor também estudou?

Stefan Ouma: Primeiro, eu acho que precisamos especificar o termo "investimento agrícola" na sua pergunta. Porque investimento agrícola em si somente indica que alguém está investindo em certo domínio do setor agrícola. Pode ser qualquer coisa, de empresas de grãos a produção, a estoque, a processamento. E quando se trata de África, diferentes tipos de investimentos durante os últimos 10 anos têm sido efetuados em todos esses tipos de segmentos. Quando se trata da produção, nós temos que isolá-la porque há empresas estatais, ou empresas paraestatais, ou fundos soberanos – especialmente do mundo Árabe, mas também alguns da Ásia (Leste e Sudeste asiático) – que adquiriram terras rurais em lugares como o Sudão ou a Etiópia para garantir sua própria seguridade alimentar, o que McMichael (2013) chama de momento do neo-mercantilismo na corrida global da terra. Mas aí você tem também os investidores financeiros genuínos, e é nesses que eu tenho um grande interesse. Pois quando falo sobre esses investidores, eu falo sobre a corrida da terra motivada pelas finanças – "*finance driven land rush*". Isso indica que eu estou somente interessado, ou primariamente interessado, em investimentos que são motivados por agentes genuínos do mercado financeiro. Eles não são motivados por empresas do agronegócio, pois estes são chamados de investimentos estratégicos. Se a Dole ou a Chiquita decidem abrir uma nova plantação de bananas, esse é, geralmente, um investimento estratégico. Para os agentes financeiros, é muito mais uma aposta no fato que no bem (propriedade) adquirido, que depois de manipulado e transformado pode ser vendido novamente por um valor muito maior no futuro. Ou seja, eles não estão investindo para ficar. Eu não digo que as tradicionais empresas do agronegócio estão sempre investindo para ficar num determinado lugar por um longo período de tempo, mas é muito mais provável. Você tem também um tipo de agente que investe em biocombustíveis, no mercado de carbono; eles frequentemente estão cooperando com agências de desenvolvimento, ou obtêm suporte do Banco Mundial. Então é difícil encontrar investimentos que acontecem somente através de meios do setor puramente privado. Se você olhar para a Tanzânia, você vai encontrar todos os tipos de investimentos ao longo de toda a cadeia de valor. Contudo, você não encontrará investimentos motivados por governos estrangeiros, como há mais no Sudão e na Etiópia. Na Tanzânia, o agronegócio é clássico, o qual possui motivações financeiras atreladas por considerações sobre o clima ou a

energia. Lá, funciona da seguinte maneira: o estrangeiro na Tanzânia não pode ser o proprietário da terra, apenas arrendatário por 99 anos, e essa negociação com as comunidades se dá através de um processo muito complicado. Agora, caso os aldeões liberem essa terra para o estrangeiro, ela precisará ser transformada em uma nova categoria de terra. Neste outro caso, o processo também é bastante complicado, e muito mais complexo. Por causa dessas dificuldades, não há interesse dos investidores estrangeiros por essas terras. O que eles fazem alternativamente é tentar buscar a terra que continua nas mãos do Estado, nas antigas fazendas. A Tanzânia era um país comunista, e o Estado detém o título de posse de algumas terras. Caso alguém queira comprar a terra do Estado, ela primeiro será arrendada. Em seguida, esse investidor poderá transformar essa terra estatal numa propriedade de arroz ou numa plantação de açúcar. Depois de 10 ou 15 anos de operação, essa propriedade pode ser vendida por um preço muito mais elevado. Eu penso que essa seria uma abordagem de operação de arrendamento. Na Tanzânia, não há uma abordagem de compra e arrendamento (*buy - lease out*). Talvez haja, mas somente através de acordos muito informais. Essa abordagem é mais praticada nos EUA, ou na Austrália, ou na Nova Zelândia, lugares onde os fundos de pensões, ou outra entidade financeira, compram a terra agrícola para arrendar a um fazendeiro que, por sua vez, paga ao fundo e, mais pra frente, a terra também pode ser revendida. Ou seja, lugares onde os fazendeiros possuem certa experiência gerencial. No caso da Tanzânia, ela tem um regime de posse de terra muito específica. A Etiópia também possui um regime de posse de terra bem diferente. Na Etiópia, todas as terras pertencem ao Estado. Como o governo da Etiópia é bastante autoritário, muito mais autoritário do que o da Tanzânia, ele pode basicamente decidir a quem alocar as terras agrícolas. E é por isso que temos enormes alocações de terras na Etiópia. Gana é, novamente, diferente. Em Gana, você tem os "chefes" tradicionais que são os curadores da terra das suas próprias comunidades étnicas. Então, se você é um investidor que pretende comprar terra nesses locais, você terá que abordar o chefe, o líder tradicional da região, e pedir a ele: "você tem terra para mim?" E aí o chefe pode dizer: "ah, sim. Você está vendo aquela terra ali atrás, ninguém a está operando, você pode ficar com ela". E, recentemente, o parlamento ganês introduziu uma lei de terra acordando que negociações visando à aquisição de terras acima de 400 hectares precisam passar

Em Gana, você tem os "chefes" tradicionais que são os curadores da terra das suas próprias comunidades étnicas. Então, se você é um investidor que pretende comprar terra nesses locais, você terá que abordar o chefe, o líder tradicional da região

pelo parlamento, mas, abaixo de 400 hectares, os investidores deverão negociar diretamente com os chefes. Em relação aos chefes, eles não são escolhidos pelas comunidades étnicas através do voto, como nas democracias liberais, mas por herança. Por exemplo, se um chefe morrer, o seu filho pode se tornar o novo chefe da comunidade, ou outro tipo de pessoa que teve algum tipo de relação com o chefe. Portanto, no continente africano, temos uma enormidade de diferentes tipos de regimes de posse de terra. A Tanzânia é interessante porque tem as antigas fazendas do Estado que alguns investidores, com histórico de mercado financeiro, estão comprando.

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento: A respeito dos governos centrais na África, de um modo geral, como é a relação entre eles e as empresas agrícolas na África? Os governos centrais desempenham um importante papel nesse relacionamento? E os governos locais? Que tipo de relação eles possuem com essas empresas agrícolas? Quais são os principais problemas enfrentados por essas empresas agrícolas na África?

Stefan Ouma: Essa é uma história interessante. Realmente depende da configuração geográfica. O Estado da Tanzânia é fortemente centralizador e de grande poder administrativo, como o estado etíope, que tem uma história secular de centralização. Contudo, essa centralização exercida pelo Estado na Tanzânia, de certa forma, é bem menos do que o praticado no etíope. Pois este último possui uma longa história de governo controlado por um único partido. Um governo socialista que governa de cima para baixo. Na África, há também os Estados mais descentralizadores, como Quênia, Gana e a África do Sul. Em geral, eu acredito que o Estado sempre puxará o controle para si. E nesses processos de compra de terra, em algum momento, algo se manifestará contraditório. Por exemplo, a Tanzânia possui uma central de investimento. Um órgão estatal que auxilia os investidores com os trâmites processuais de algum tipo de negócio. No caso da terra, o governo concede incentivos para atrair investidores estrangeiros ao país e, então, esses últimos vão até o órgão para resolver as questões burocráticas. Porém, os investidores se deparam com outras agências estatais que tornam o processo muito difícil. Além disso, em meio à repercussão negativa por parte da população local, há também a resistência dos políticos locais que almejam a reeleição, mesmo pertencendo ao mesmo partido do governo. Eu penso que muitos governos superestimam demais esse processo de aquisição de terra para os investidores estrangeiros. Mesmo em casos como na Tanzânia, em que o governo possui o título de posse das fazendas estatais. Geralmente, essas fazendas tinham sido ocupadas por pequenos fazendeiros durante o tempo em que elas estavam apenas ociosas. E aí o governo resolve simplesmente expulsá-los, sem a devida compensação. Na

Tanzânia, muitas pessoas que foram expropriadas dessas terras pelo Estado procuram a justiça ou o auxílio de alguma organização não-governamental (ONG) para tratar desses assuntos. Ou seja, o Estado acaba sendo o responsável por desencadear os conflitos envolvendo a terra e as condições ambientais. Portanto, surgem subitamente várias coisas que os investidores não tinham em seu radar; e o governo, frequentemente, ajuda muito pouco. Sem falar das promessas não cumpridas pelo governo, como os investimentos em infraestrutura (eletricidade e estradas), que são essenciais para os investidores em terras agrícolas. Mas, novamente, isso depende do contexto geográfico. Como eu falei anteriormente, em lugares como Gana, por exemplo, geralmente os investidores negociam com os chefes sobre certos tipos de investimentos, e não com o governo.

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento: Há alguma diferença na dinâmica de desempenho das empresas agrícolas ligadas ao capital financeiro com as grandes *tradings*, como Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus (ABCDs), na África? Esses dois segmentos possuem uma relação mútua? Você poderia descrever como funciona essa dinâmica na África?

Stefan Ouma: Eu não sei muito a respeito das atividades das ABCDs especificamente na África. Eu acho que há muita literatura sobre a América Latina, e também sobre algumas atividades da Cargill nas Filipinas, que é muito fácil de encontrar. Eu não me deparei com grandes investimentos dessas quatro *tradings* na África, mesmo que eu ache que elas devam estar envolvidas de uma forma ou de outra. Existem algumas outras grandes empresas agrícolas, como Olam, Wilmar, Finlays, Unilever, Illovo – que é uma grande empresa de açúcar da África do Sul –, que estão envolvidas na aquisição de terras na Tanzânia e em alguns outros lugares do continente. Agora, o que eu tenho visto, majoritariamente, é uma lógica do agronegócio mais tradicional. São investimentos que essas empresas procuram fazer com a intenção de mudar suas estratégias de negócios ou de promover a expansão de mercado – nesse caso, visando o mercado consumidor que tem como base a matéria-prima. Mas isso também não exclui que essas empresas façam acordos com os agentes do mercado financeiro. Por exemplo, recentemente um fundo australiano comprou uma fazenda de amêndoas da empresa Olam por cerca de 200 milhões de dólares. Em seguida, o fundo arrendou essa terra para a própria Olam. Ou seja, por envolver enormes responsabilidades, a Olam preferiu se livrar de um dos seus bens para depois arrendá-lo. Essa história que eu estou lhe contando aconteceu na Austrália, eu ainda não conheço esse tipo de negociação aqui na África. Eu sei que a *trading* tanzaniana Export Trading Group conseguiu captar mais de 200 milhões de dólares da Carlyle – um dos maiores investidores globais em *private equity* – para reestruturar completamente o seu negócio, passando a atender

em escala global. As negociações comerciais (logística) sempre foram o principal negócio dessa *trading* tanzaniana, por ser muito mais lucrativo que a produção. A empresa já detinha algumas terras na Tanzânia. Em 2008, ao tentar buscar maiores lucros, essas terras foram arrendadas e passaram a ser gerenciadas por uma *private equity* e seus acionistas. Então esse foi um exemplo de uma *trading* local que se tornou global através da injeção de capital acionário privado. A Carlyle não investiu na terra. A Carlyle apenas investiu na reestruturação da empresa de forma mais geral. E isso já nos diz algo: a terra ou a produção são, provavelmente, muito arriscadas para alguém como a Carlyle. Então você tem esses novos enredamentos entre o agronegócio clássico e as negociações globais do capital privado. Na Tanzânia, você tem muitos desses agentes que estão dispostos a investir na produção de grãos, no armazenamento. Recentemente, eu conheci um investidor na Tanzânia que investiu cerca de quatro milhões de dólares na construção de armazéns no Quênia. E essa pessoa me disse: "nós fizemos isso porque a estocagem é um verdadeiro gargalo. Afinal, onde é que os produtores vão armazenar seus produtos?". As perdas na produção agrícola na África ainda são muito frequentes no pós-colheita. Por isso é que inúmeros investidores estão mais propensos a direcionar os seus recursos na construção de armazéns. Em alguns casos, os investimentos podem chegar a quase 40 milhões de dólares. E isso também é um tipo de financeirização na cadeia das commodities agrícolas. Certo? Por exemplo, você tem os comerciantes que passaram a ter um laço mais estreito com o mercado financeiro através das negociações no contrato futuro das commodities. Ou seja, as finanças e o agronegócio clássico se interceptam em muitas instâncias. Mas no caso das *tradings* internacionais, como a Bunge e a Cargill, entre outras, eu acho que parte da América Latina é o melhor exemplo do quão longe que essas novas interseções podem ir.

* * *

Sobre o entrevistado

Stefan Ouma é PhD em Geografia Econômica pelo Instituto de Geografia Humana da Universidade de Goethe (Frankfurt am Main, Alemanha); professor assistente pela mesma instituição e assessor do projeto de pesquisa intitulado "Getting out of the Technology Transfer Trap: Foreign Direct Investment and Learning among African-owned Firms", pelo Departamento de Globalização e Sociedade da Universidade de Roskilde, Dinamarca. Stefan Ouma tem larga experiência internacional em desenvolver trabalhos sobre as finanças e a economia financeira dos territórios, das terras agrícolas e da logística global e da política de conectividade entre a África Ocidental e a Oriental. Foi professor visitante no Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais (Copenhague), no Departamento de Geografia (Universidade de Copenhague) e no Departamento de Política, Sociologia e Geografia (Universidade de Newcastle). No ano de 2012, recebeu o Prêmio de Melhor Dissertação pela Associação de Geógrafos Americanos, na categoria Melhor Dissertação em Geografia Econômica; e, em 2017, foi nomeado o Embaixador Regional da África pela Global Network on Financial Geography (FinGeo).



* * *

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg

Entrevista realizada em julho de 2017.